

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.908 - MS
(2018/0317006-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO
MUNICÍPIO DE DOURADOS - IPSSD**
**ADVOGADOS : SANDRA PAULA FERREIRA ROCHA - MS016137
JANIELI VASCONCELOS DA PAZ - MS016860
GILBERTO BANDEIRA ASSUNÇÃO E OUTRO(S) - MS019755**
AGRAVADO : ASSUNCIONA RAMONA DOS SANTOS
ADVOGADO : DAYSE CRISTINA QUEVEDO E OUTRO(S) - MS017795
INTERES. : MUNICÍPIO DE DOURADOS

DECISÃO

Trata-se de agravo interno fundado no CPC/2015, manejado pelo **Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - IPSSD** contra decisão monocrática da Presidência, que não conheceu do agravo em recurso especial em virtude de sua intempestividade (fls. 811/812).

No agravo interno, a parte defende a tempestividade do recurso, argumentando que, *"conforme consta na decisão proferida, fls. 811, o ente público foi intimado da decisão de indeferimento do Recurso Especial no dia 10 de setembro de 2018 e como fora mencionado anteriormente, possui prazo em dobro para suas manifestações, conforme artigo 183 do Código de Processo Civil. Contudo, a interposição do Agravo em Recurso Especial ocorreu no dia 23 de outubro de 2018, conforme consta no Termo de Distribuição (e-STJ, fl. 800), que registra a autuação do Agravo Nestes termos, pode-se verificar na Certidão emitida pela Coordenadoria de Recursos Externos do Tribunal de Justiça (Anexo 01), que o recurso foi interposto no dia 23 de outubro de 2018, mas apesar disso, ainda diverge dos horários de protocolo, pois inicialmente registra que foi protocolado no dia 23/10/2018 às 00:00:00 e depois reconhece que a assinatura válida da procuradora ocorreu no dia 23 de outubro de 2018, às 10:23:00, demonstrando a falha técnica no sistema eletrônico de peticionamento. Assim, por razões técnicas do processamento de informática do Tribunal de Justiça e que fogem das atribuições deste Agravante, o Agravo em Recurso*

Superior Tribunal de Justiça

Especial não foi liberado no Sistema de Automação do Judiciário no tempo correto, pois, conforme se verifica do “print de tela”, foi registrado que a assinatura da peça recursal ocorreu em 23 de outubro de 2018, às 10h23min, embora conste na petição o dia 22 de outubro de 2018. Contudo, para demonstrar que ainda se encontrava em tempo hábil, mesmo se considerar que o protocolo ocorreu no dia 23 de outubro, cumpre informar que o dia 11 de outubro é considerado feriado estadual e devidamente reconhecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme Diário de Justiça de Mato Grosso do Sul nº 3946, ano XVII, de 11 de janeiro de 2018 (Anexo 02). Considerando que o ato de interposição do Agravo em Recurso Especial foi feito perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul e que a resposta a ser apresentada pelo agravado, bem como a possibilidade de retratação é deste órgão julgador, a ocorrência do feriado estadual é devidamente reconhecida pelo Tribunal de origem, como também pela parte contrária que nada se manifestou a este respeito (e-STJ, fls. 802/808). Porém, caso V.Exa. entenda ser necessária a comprovação do feriado estadual, junta-se a esta peça recursal o Diário de Justiça de Mato Grosso do Sul acima citado como anexo 02 e pugna pelo reconhecimento da tempestividade do Agravo em Recurso Especial, até mesmo pelos problemas técnicos encontrados pelo sistema de protocolo eletrônico do Tribunal de Justiça da origem.” (fls. 818/819).

É o relatório.

Como narrado, a Presidência desta Corte considerou intempestivo o recurso especial da parte agravante, ressaltando o dever da parte em demonstrar, de logo, a ocorrência de feriado local, conforme determina o § 6º, do art. 1.003 do CPC/2015.

A Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do **REsp 1.813.684/SP**, reafirmou a compreensão de que o feriado local deve ser comprovado no ato da interposição do recurso, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015.

Não obstante, foi realizada a modulação dos efeitos desta decisão, para permitir aos recursos interpostos anteriormente à publicação do acórdão a abertura de prazo para a demonstração da ocorrência da suspensão de prazos em virtude de feriado local.

Assim, tendo em vista que as razões de agravo interno trazem documentos

Superior Tribunal de Justiça

capazes de demonstrar que não houve expediente forense no Tribunal de Origem no dia 11/10/2018, o recurso deve ser considerado tempestivo.

ANTE O EXPOSTO, melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC e 259, § 3º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada.

Após, voltem-me os autos conclusos para nova análise do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator